

Relato de experiência do Estágio Supervisionado na Empresa J M C Lima LTDA

Experience report of the Supervised Internship at the Company: J M C Lima LTDA

Relato de experiencia de la Práctica Profesional Supervisada en la Empresa: J M C Lima LTDA

Recebido: 30/09/2025 | Revisado: 07/10/2025 | Aceitado: 08/10/2025 | Publicado: 11/10/2025

Jefferson Mateus Câmara Lima

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8435-5833>

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

E-mail: mateuscâmara2019@gmail.com

Cheila Fernandes de Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3668-3926>

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

E-mail: cheila.fa@unitins.br

Jucicleia Teodoro de Lima Izidoro

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5991-2100>

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

E-mail: jucicleia.tl@unitins.br

Resumo

O presente relatório técnico tem como finalidade apresentar os resultados obtidos a partir da análise contábil, fiscal e gerencial da empresa J M C LIMA LTDA, criada como estudo de caso no Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis da UNITINS. A empresa, com nome fantasia Strike Zone Boliche, foi idealizada para atuar nos segmentos de fabricação de artefatos esportivos, serviços de alimentação e lazer, com foco na exploração de boliche. A escrituração contábil e fiscal foi realizada por meio do sistema Domínio, com registro de notas fiscais, apuração de tributos e geração das obrigações acessórias, como SPED, DCTFWeb e eSocial. Foram elaboradas as demonstrações contábeis (DRE e Balanço Patrimonial), seguidas de análises vertical e horizontal, que evidenciaram crescimento patrimonial, boa liquidez e rentabilidade positiva. Os indicadores financeiros demonstraram que a empresa possui estrutura sólida e capacidade de geração de resultados. A análise de mercado indicou que o segmento de boliche apresenta baixa concorrência na região, configurando uma oportunidade estratégica. No setor de comércio exigirá uma diferenciação para competir com empresas já estabelecidas. No ramo industrial também não há uma forte concorrência regional, o que caracteriza uma boa oportunidade de crescimento. Conclui-se que a J M C LIMA LTDA apresenta viabilidade econômica e potencial de crescimento, desde que mantenha controle rigoroso sobre custos, gestão fiscal eficiente e estratégias de posicionamento no mercado regional.

Palavras-chave: Análise; Crescimento; Estágio.

Abstract

This technical report aims to present the results obtained from the accounting, tax, and managerial analysis of the company J M C LIMA LTDA, created as a case study for the Supervised Internship of the Accounting Sciences course at UNITINS. The company, with the trade name Strike Zone Boliche, was designed to operate in the segments of manufacturing sports equipment, food services, and leisure, with a focus on operating bowling alleys. The accounting and tax bookkeeping were performed using the Domínio system, including the registration of invoices, tax calculation, and the generation of ancillary obligations such as SPED, DCTFWeb, and eSocial. The financial statements (Income Statement and Balance Sheet) were prepared, followed by vertical and horizontal analyses, which showed asset growth, good liquidity, and positive profitability. The financial indicators demonstrated that the company has a solid structure and the capacity to generate results. The market analysis indicated that the bowling segment has low competition in the region, representing a strategic opportunity. In the commercial sector, differentiation will be required to compete with already established companies. In the industrial branch, there is also no strong regional competition, which characterizes a good growth opportunity. It is concluded that J M C LIMA LTDA shows economic viability and growth potential, provided that it maintains strict control over costs, efficient tax management, and strategic positioning in the regional market.

Keywords: Analysis; Growth; Internship.

Resumen

El presente informe técnico tiene como finalidad presentar los resultados obtenidos a partir del análisis contable, fiscal y gerencial de la empresa J M C LIMA LTDA, creada como estudio de caso en la Práctica Profesional Supervisada

del curso de Ciencias Contables de UNITINS. La empresa, con el nombre de fantasía Strike Zone Boliche, fue concebida para operar en los segmentos de fabricación de artículos deportivos, servicios de alimentación y ocio, con un enfoque en la explotación de boleras. La contabilidad y la escrituración fiscal se realizaron a través del sistema Domínio, con el registro de facturas, el cálculo de impuestos y la generación de las obligaciones accesorias, como SPED, DCTFWeb y eSocial. Se elaboraron los estados financieros (Estado de Resultados y Balance General), seguidos de análisis vertical y horizontal, que evidenciaron un crecimiento patrimonial, buena liquidez y rentabilidad positiva. Los indicadores financieros demostraron que la empresa posee una estructura sólida y capacidad para generar resultados. El análisis de mercado indicó que el segmento de boleras presenta baja competencia en la región, configurando una oportunidad estratégica. En el sector comercial, se requerirá una diferenciación para competir con empresas ya establecidas. En la rama industrial, tampoco existe una fuerte competencia regional, lo que caracteriza una buena oportunidad de crecimiento. Se concluye que J M C LIMA LTDA presenta viabilidad económica y potencial de crecimiento, siempre que mantenga un control riguroso sobre los costos, una gestión fiscal eficiente y estrategias de posicionamiento en el mercado regional.

Palabras clave: Análisis; Crecimiento; Práctica.

1. Introdução

O presente relatório técnico tem como base as atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado, componente obrigatório do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS. O estágio teve como finalidade aplicar, de forma prática e integrada, os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica, por meio da simulação da estruturação contábil, fiscal e gerencial de uma empresa fictícia: J M C LIMA LTDA, com nome fantasia Strike Zone Boliche, localizada no município de Araguatins/TO.

A escolha da empresa e do segmento de atuação foi estratégica, considerando a baixa concorrência regional no ramo de lazer e entretenimento, especialmente no setor de boliches, além da possibilidade de agregar serviços de alimentação e comércio de produtos esportivos. A proposta permitiu explorar múltiplas áreas da contabilidade, desde o planejamento tributário até a elaboração de demonstrações financeiras, passando pela legalização empresarial, escrituração contábil e análise de indicadores econômicos.

Durante o desenvolvimento do estágio, foram realizados os orçamentos, definição do regime tributário mais adequado, simulações de faturamento, apuração de tributos e cumprimento das obrigações acessórias exigidas pelos órgãos reguladores. A implantação do sistema contábil Domínio possibilitou a integração dos dados e a automatização dos processos, garantindo maior precisão nos registros e nas análises.

Além disso, foram elaboradas e interpretadas as principais demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), com aplicação das análises vertical e horizontal. Também foram calculados os índices de liquidez, rentabilidade e endividamento, que forneceram uma visão clara da estrutura financeira da empresa.

Este relatório apresenta, portanto, uma síntese técnica das atividades realizadas, evidenciando a capacidade de aplicar os fundamentos contábeis em um contexto empresarial real, com foco na conformidade legal, na eficiência operacional e na sustentabilidade financeira. O trabalho contribuiu significativamente para o desenvolvimento profissional do estagiário, consolidando competências essenciais para o exercício da contabilidade com responsabilidade e visão estratégica.

O presente relatório técnico tem como finalidade apresentar os resultados obtidos a partir da análise contábil, fiscal e gerencial da empresa J M C LIMA LTDA, criada como estudo de caso no Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis da UNITINS.

2. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa descritiva, num estudo de natureza mista, do tipo relato de experiência (Gaya & Gaya, 2018; Pimentel, 2022) centrada em um fenômeno o qual é descrito podendo ser considerado como estudo de caso (Yin, 2015)

e, de natureza qualitativa (Pereira et al., 2018), sobre o estágio supervisionado realizado para o curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS no ano de 2025. Esse estágio teve como finalidade aplicar, de forma prática e integrada, os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica, por meio da simulação da estruturação contábil, fiscal e gerencial de uma empresa fictícia: J M C LIMA LTDA, com nome fantasia Strike Zone Boliche, localizada no município de Araguatins/TO.

3. Resultados e Discussão

3.1 Orçamento

Os orçamentos iniciais fizeram-se necessários para a empresa que estava no processo de abertura, pois comporão uma parte crucial para fazer as primeiras análises dos recursos necessários para a composição dos ativos da empresa. Foi a partir do planejamento orçamentário que se criou a projeção do capital que o empresário necessitou dispor para dar início às suas atividades econômicas.

O orçamento de investimentos foi composto pelos ativos fixos necessários ao desenvolvimento das atividades do empreendimento em seus respectivos segmentos, como Indústria, Comércio e Serviço. Na planilha utilizada, classificou-se o imobilizado previsto e identificaram-se os menores preços disponíveis, considerando que a tabela seria atualizada periodicamente, permitindo ajustes no valor total do investimento. Essa etapa do orçamento apresentou a projeção dos recursos financeiros exigidos para o início das operações do empreendimento.

O orçamento de custos contemplou as aquisições que seriam necessárias para o início da produção, no setor industrial, da comercialização, no setor comercial, e da prestação de serviços. Nessa etapa, foram inseridos todos os custos previstos para cada atividade, abrangendo não apenas a compra de matéria-prima, mas também os gastos com mão de obra. Esse levantamento foi essencial para a estimativa das receitas totais e para o planejamento dos investimentos exigidos pelo empreendimento.

As despesas compuseram o quadro de custos do empreendimento e foram deduzidas da receita bruta, resultando no lucro antes da incidência do imposto de renda. Cada uma dessas despesas integrou os gastos operacionais da empresa, como a manutenção da estrutura empresarial, os desembolsos com materiais de expediente e o pagamento dos salários dos colaboradores. Também foi incluído o pró-labore, correspondente à remuneração dos sócios ou proprietários.

Observou-se a previsão das receitas, elaborada com base na consideração de todos os custos e deduções das despesas da organização. Essa estimativa foi fundamental para que o responsável pelo empreendimento, em conjunto com o contador, pudesse realizar o planejamento estratégico e compreender o regime tributário aplicável à empresa, contribuindo para a prevenção de imprevistos fiscais ao longo das operações.

3.2 Planejamento Tributário

A partir dos orçamentos iniciais, nos quais foi realizada uma pesquisa minuciosa para estimar todos os gastos necessários ao início das atividades da empresa no mercado, e com base nos resultados obtidos quanto à margem de lucro mensal por segmento e ao faturamento mensal geral — abrangendo os setores de indústria, comércio e serviços — foi possível avançar para a etapa de planejamento tributário. Esse planejamento, fundamentado nas informações extraídas dos orçamentos iniciais, indicou que o regime de tributação mais adequado à realidade da empresa era o Lucro Real, considerando os dados consolidados nos relatórios técnicos.

Durante o processo de planejamento tributário, foram desenvolvidas análises voltadas à avaliação dos resultados da empresa em períodos determinados, tanto no curto quanto no longo prazo. Essas análises permitiram a tomada de decisões

estratégicas sobre o futuro da organização, especialmente no que diz respeito à escolha do regime tributário, aspecto essencial para a gestão fiscal eficiente.

Com base nos resultados alcançados na fase inicial de planejamento, concluiu-se que o Lucro Real representava a alternativa mais vantajosa, uma vez que seu percentual de lucro sobre a receita bruta mostrou-se superior ao do regime de Lucro Presumido. A decisão levou em conta fatores como o volume de faturamento, as despesas dedutíveis e a projeção de crescimento da empresa, os quais reforçaram a escolha do Lucro Real como a opção mais eficiente para a estrutura organizacional.

Para melhor compreensão, o gráfico abaixo apresenta os dados obtidos a partir do planejamento tributário inicial.

Gráfico 1- Relatório de Planejamento Tributário no Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional da Empresa J M C LIMA LTDA.



Fonte: Relatório de Estágio Supervisionado da empresa J M C LIMA LTDA.

O gráfico citado referiu-se aos dados obtidos a partir dos orçamentos iniciais, permitindo a análise de seis indicadores fundamentais: Receita Bruta, Receita Líquida, Lucro Bruto, Lucro Operacional, LAIR e Lucro Líquido. Esses fatores foram determinantes para a definição do regime de tributação mais adequado à empresa. Em todos os critérios analisados, o regime do Lucro Real apresentou desempenho superior em relação ao Lucro Presumido.

Embora o regime Simples Nacional demonstrasse vantagens em determinados aspectos, os professores responsáveis pela disciplina orientaram que, para fins de conformidade com as normas do Estágio Supervisionado, a empresa deveria optar entre o Lucro Real ou o Lucro Presumido.

3.3 Legalização da Empresa

A criação e regularização da empresa teve início com o registro dos documentos constitutivos na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Nesse momento, foi necessário definir a natureza jurídica da organização. As etapas do processo de legalização incluíram a solicitação de viabilidade por meio do portal Simplifica, o preenchimento da Ficha de Cadastro Nacional (FCN), a geração da taxa para formalização do processo, a elaboração do contrato social e a assinatura do processo, realizada por meio de certificado digital ou com firma reconhecida em cartório. O Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral foi o documento que reuniu os dados mais relevantes sobre a legalização da empresa,

contendo diversas informações acessíveis ao público mediante o número do CNPJ. Cada item mencionado mostrou-se essencial para a legalização. Posteriormente, foi realizada a inscrição municipal, que exigiu os documentos constitutivos da empresa, o pagamento da taxa municipal e a verificação dos alvarás e licenças necessários.

A inscrição estadual foi solicitada junto à Secretaria da Fazenda Estadual, por meio do portal Simplifica. Para isso, foi necessário apresentar documentos como o alvará de funcionamento, o Boletim de Informações Cadastrais (BIC), a taxa da Receita Estadual, os documentos constitutivos, os dados pessoais e o endereço do sócio, além do comprovante de renda para validação do capital social.

Para que a empresa pudesse realizar os lançamentos e demais processos operacionais, foi efetuado o cadastro da organização no sistema Domínio, seguido do registro do sócio e do contador responsável. A adoção de um sistema de software mostrou-se fundamental por diversas razões: a automação de processos permitiu a execução de tarefas repetitivas com maior agilidade e menor margem de erro; o aumento da eficiência possibilitou uma gestão mais eficaz das operações, otimizando tempo e recursos; a segurança de dados foi reforçada por sistemas adequados, que protegeram informações sensíveis contra ameaças cibernéticas; a análise de dados contribuiu para decisões estratégicas mais embasadas; e, por fim, a competitividade foi ampliada, uma vez que empresas que utilizam sistemas personalizados ou bem adaptados às suas necessidades tendem a se destacar no mercado.

3.4 Departamento Pessoal

O Departamento de Recursos Humanos transformou o ambiente organizacional de forma significativa. O que anteriormente era marcado pela ausência de uma atenção estruturada aos colaboradores e aos serviços abrangidos por esse setor, passou a configurar-se como uma ferramenta essencial de apoio à gestão. Ao longo do período analisado, o RH demonstrou ser um elemento estratégico indispensável para o funcionamento e desenvolvimento da empresa como um todo.

Segundo Pereira (2020), a gestão de recursos humanos exerce papel essencial nas organizações ao administrar o potencial criativo e produtivo das pessoas, bem como suas relações de trabalho. Diferente de máquinas, os indivíduos não podem ser simplesmente substituídos, sendo considerados elementos-chave para que as empresas enfrentem os desafios de um mercado global em constante transformação.

Conforme mencionado anteriormente, o setor de Recursos Humanos mostrou-se fundamental para a funcionalidade das empresas. Com base em centenas de trabalhos já publicados e diversos estudos realizados na área, observou-se que inúmeros autores sustentaram essa afirmação por meio de abordagens distintas, embora todos tenham convergido para a mesma conclusão: o RH desempenhou papel estratégico e indispensável na estrutura organizacional.

O cadastramento dos funcionários ocorreu da seguinte forma: no primeiro passo foi necessário formalizar no setor de Recursos Humanos (RH) que o departamento responsável pela parte de análise de currículos, entrevista e seleção, testes de seleção que será necessário para avaliar cada pessoa com designação para as vagas que precisam ser preenchidas. O departamento de pessoal é responsável por diversas obrigações que envolvem o funcionário.

Silva (2017) destacou que o administrador do Departamento de Pessoal teve papel essencial na organização, atuando desde os processos de admissão e desligamento até o controle de ponto, folha de pagamento, férias, benefícios e encargos sociais, além de prestar apoio aos colaboradores e acompanhar afastamentos.

O setor de Recursos Humanos solicitou os documentos pessoais necessários para a formalização do dossiê de admissão dos colaboradores. Entre os documentos exigidos estiveram: Carteira de Trabalho e Previdência Social Digital (com emissão de ficha no sistema contábil), número do PIS (opcional), Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), foto 3x4, CPF, título

eleitoral, carteira de identidade, comprovante de residência, carteira de motorista (para o cargo de motorista), certidão de casamento ou nascimento, carteira de reservista (para homens) e informações bancárias.

Foram cadastrados nove funcionários, todos admitidos na mesma data, 5 de janeiro de 2024, sendo oito contratados por prazo indeterminado e um sob contrato de experiência com duração de noventa dias. De posse da documentação exigida, o setor realizou o cadastro dos colaboradores no sistema Domínio, por meio do qual foram efetuados os registros contábeis necessários para manter a empresa em conformidade com suas obrigações fiscais.

A gestão desses registros permitiu um controle detalhado dos custos com pessoal e garantiu o cumprimento das normas vigentes, além de viabilizar uma administração financeira eficiente e transparente (WITT et al., 2021). Após o cadastro de todos os colaboradores no sistema Domínio e com a empresa em pleno funcionamento, tornou-se necessário, em razão dos eventos periódicos, realizar os lançamentos da folha de pagamento correspondentes às ocorrências registradas ao longo de cada mês. Foram identificados diversos tipos de lançamentos, abrangendo desde encargos sociais fixos até situações específicas do ambiente de trabalho, como faltas, atestados médicos, bonificações, horas extras e demais eventos extraordinários.

Cada lançamento apresentou particularidades, especialmente considerando a categoria profissional à qual o colaborador estava vinculado. No caso dos trabalhadores do setor comercial, gratificações, adicionais e horas extras foram regulamentados pela Convenção Coletiva dos Trabalhadores (SECETO). De acordo com a Convenção Coletiva 2023/2024, estabeleceu-se que os adicionais de horas extras deveriam ser remunerados com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal em dias úteis e 100% em domingos e feriados. Além disso, as comissões não poderiam ser inferiores a R\$ 80,00, sendo que a soma entre salário fixo e comissões deveria totalizar, no mínimo, R\$ 1.520,00.

A folha de pagamento, conforme apontado por Witt, Nagai e Souza (2021), representou um conjunto de dados relacionados aos colaboradores, contendo os valores a serem pagos e os descontos aplicáveis. Sua elaboração foi obrigatória, conforme previsto na legislação previdenciária brasileira, e deveria estar disponível para fiscalizações e auditorias. Embora não houvesse um modelo oficial, cada empresa pôde estruturá-la conforme suas necessidades operacionais, sendo composta, em geral, por duas partes principais: os proventos, que indicaram os ganhos do funcionário, e os descontos, que representaram os valores deduzidos.

Os encargos da folha de pagamento incidiram sobre o salário contratual, sendo considerados benefícios obrigatórios atribuídos aos colaboradores. Entre os principais encargos registrados estiveram o INSS, o IRRF, o FGTS, o INSS patronal e o RAT. A contribuição ao INSS correspondeu a uma parcela descontada diretamente do salário do empregado, com base em uma tabela progressiva fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada periodicamente conforme a inflação. Essa tabela apresentou alíquotas que variaram entre 7,5% e 14%, respeitando os limites mínimo e máximo de contribuição.

O Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), assim como o INSS, seguiu uma tabela progressiva, tendo como fato gerador a renda mensal obtida. A base de cálculo do IRRF foi superior à do INSS, com alíquotas que variaram de 7,5% a 27,5%. No período analisado, apenas o empresário foi tributado pelo IRRF, em razão da retirada de pró-labore, que atingiu o valor mínimo exigido para incidência do imposto.

Conforme disposto no Art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a concessão das férias deveria ser comunicada por escrito ao empregado com antecedência mínima de 30 dias, mediante recibo. O empregador teve a obrigação de emitir o aviso prévio de férias, informando o colaborador sobre o período destinado ao descanso. Foram realizados dois tipos de lançamentos: o aviso prévio de férias com o período integral de 30 dias e o aviso prévio com 10 dias adquiridos do colaborador, utilizado em situações excepcionais.

Segundo Silva (2017), o 13º salário, instituído pela Lei nº 4.090/1962, constituiu um direito garantido a todos os trabalhadores, independentemente da categoria profissional ou da remuneração. De acordo com a Constituição Federal de

1988, o cálculo da gratificação foi baseado na remuneração integral ou na aposentadoria, sendo equivalente a 1/12 do salário de dezembro por mês trabalhado, desde que o período fosse igual ou superior a 15 dias. O pagamento foi realizado em duas parcelas: a primeira entre os meses de fevereiro e novembro, e a segunda até o dia 20 de dezembro.

O aviso prévio, por sua vez, configurou-se como uma comunicação obrigatória, emitida com no mínimo 30 dias de antecedência da rescisão contratual, válida tanto para o empregador quanto para o empregado. Essa medida permitiu que ambas as partes se preparassem para a transição: o empregador pôde organizar a substituição do cargo, enquanto o colaborador teve tempo para buscar nova colocação. Foram observadas duas modalidades: o aviso prévio trabalhado, no qual o empregado permaneceu em suas funções até o término do período, podendo optar por uma redução de duas horas diárias ou pela ausência nos últimos sete dias; e o aviso prévio indenizado, quando o empregador dispensou o cumprimento do aviso e efetuou o pagamento correspondente, incluindo as verbas rescisórias e a multa de 40% sobre o FGTS.

Diversas obrigações acessórias foram exigidas para que a empresa se mantivesse regularizada perante os órgãos fiscalizadores. A Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) foi uma dessas obrigações, sendo obrigatória para todas as empresas e pessoas físicas que realizaram pagamentos a terceiros. Por meio dessa declaração, foram informados os rendimentos pagos aos colaboradores e as contribuições retidas na fonte, com prazo de entrega estipulado até o último dia do mês de fevereiro.

A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF) foi implementada como uma atualização do sistema de informações tributárias, com o objetivo de aprimorar o processo de declaração dos tributos federais retidos na fonte. Essa obrigação entrou em vigor em 21 de setembro de 2023.

O FGTS Digital também foi enquadrado como obrigação acessória, sendo utilizado para registrar os recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), os quais o empregador estava legalmente obrigado a repassar.

O eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas) foi uma iniciativa governamental implementada com o objetivo de unificar o envio das informações relacionadas aos eventos trabalhistas, previdenciários e fiscais. Essa ferramenta permitiu maior integração entre os dados transmitidos pelas empresas aos órgãos públicos, promovendo padronização, simplificação e maior controle das obrigações legais.

Rezende (2018) explicou que o eSocial foi desenvolvido com o propósito de unificar o envio de informações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, buscando reduzir a burocracia na relação entre empregadores e o Fisco. A centralização dos dados permitiu maior consistência nas declarações e facilitou a identificação de irregularidades, como o descumprimento de prazos, erros nos cálculos e inconsistências nos dados informados.

Essa centralização das informações facilitou significativamente o processo de alimentação dos sistemas utilizados por diversas organizações que necessitavam de dados dos empregados. Com essa integração, o procedimento deixou de ser excessivamente burocrático, como ocorria anteriormente, quando as informações eram enviadas separadamente para cada órgão ou entidade.

Rezende (2018) apontou que o eSocial foi desenvolvido para receber informações referentes às diversas formas de vínculo empregatício existentes no Brasil, com o objetivo de substituir gradualmente diversos documentos e declarações exigidas pelos órgãos do Governo Federal. Entre os informativos que deixaram de ser enviados individualmente estiveram a GFIP, o Caged, a Rais, a GPS e a Dirf, o que contribuiu para a simplificação dos processos e a redução da burocracia nas obrigações acessórias das empresas.

A partir dos registros efetuados no sistema Domínio, utilizado para os lançamentos da folha de pagamento, foi possível realizar a transição dos eventos relacionados ao eSocial. O sistema apresentou funcionalidades de cruzamento de dados, exigindo apenas a marcação correta dos eventos que deveriam ser enviados. Para orientar esse processo, o portal

disponibilizou um manual técnico, o qual precisou ser analisado com precisão pelos profissionais responsáveis pela alimentação do sistema.

Os eventos do eSocial foram classificados em quatro categorias principais. Os eventos iniciais reuniram as informações referentes ao responsável pela transmissão das declarações. Os eventos de tabelas complementaram os dados iniciais e serviram para validar tanto os eventos periódicos quanto os não periódicos. Os eventos periódicos foram caracterizados por datas fixas de ocorrência, como os lançamentos da folha de pagamento. Já os eventos não periódicos dependeram de situações específicas entre empregador e empregado, não possuindo uma frequência definida.

Silva (2017) explicou que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituído em 1966 e regulamentado pela legislação vigente, obrigou as empresas a realizarem depósitos mensais em contas específicas na Caixa Econômica Federal. Esses depósitos corresponderam a 8% da remuneração dos empregados contratados sob regime comum e a 2% para aqueles vinculados ao regime de aprendizagem, com base nos valores pagos no mês anterior.

O depósito do FGTS foi obrigatório mesmo em casos de afastamento justificado do colaborador, como acidente de trabalho ou serviço militar. Os valores foram recolhidos em conta vinculada na Caixa Econômica Federal, identificada pelo CNPJ da empresa e pelo número do PIS/Pasep do empregado. Inicialmente, a declaração dessas informações era realizada via SEFIP, mas com a implementação do FGTS Digital, o processo tornou-se mais ágil e integrado, permitindo o compartilhamento automático dos eventos registrados no eSocial e facilitando o preenchimento dos dados.

Conforme estabelecido pelo Edital SIT nº 04/2023, os recolhimentos mensais e rescisórios do FGTS referentes a fatos geradores ocorridos a partir da competência de março de 2024 passaram a ser realizados exclusivamente por meio do sistema FGTS Digital. Já os débitos anteriores à implementação continuaram sendo quitados por meio de guias emitidas pela Caixa Econômica Federal. Nos casos em que havia parcelamentos contratados até essa data, os valores previstos nos acordos foram informados e recolhidos por meio do sistema SEFIP.

De acordo com o Manual de Orientação da DCTFWeb (2024), a DCTFWeb foi definida como uma obrigação tributária acessória por meio da qual o contribuinte declarou os débitos referentes a tributos federais e contribuições destinadas a terceiros. Além disso, o termo também se referiu ao sistema utilizado para editar, transmitir e gerar os documentos de arrecadação correspondentes, consolidando as informações fiscais de forma centralizada e automatizada.

O SST foi um módulo complementar do eSocial, regido por normas específicas voltadas à saúde e segurança do trabalhador. Foram enviados três eventos principais: S-2210 (acidente de trabalho), S-2220 (monitoramento da saúde) e S-2240 (exposição a agentes nocivos), cada um com prazos e condições específicas de envio.

O Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET) foi implantado pelo Governo Federal como um canal oficial de comunicação entre a Auditoria-Fiscal do Trabalho e os empregadores, sob gestão da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e desenvolvido pelo Serpro. O sistema atendeu ao artigo 628-A da CLT, padronizando o envio de atos administrativos, intimações, notificações e demais comunicações. Apesar de sua importância, muitos empregadores negligenciaram o uso do DET, o que resultou em atrasos e possíveis penalidades. O acesso e as instruções de uso foram disponibilizados na página inicial do sistema, por meio de manual detalhado que orientou os usuários quanto à correta utilização.

3.5 Escrita Fiscal

A escrita fiscal foi composta por um conjunto de procedimentos contábeis e fiscais que registraram, organizaram e controlaram todas as operações tributárias da empresa, assegurando o cumprimento das obrigações legais perante os órgãos fiscalizadores, como a Receita Federal, SEFAZ e os municípios.

A rotina do setor de escrita fiscal envolveu o registro de documentos fiscais, incluindo a escrituração de notas fiscais de compras de produtos destinados à comercialização, insumos utilizados na fabricação de itens próprios, notas fiscais de prestação de serviços e notas de aquisição de materiais permanentes classificados como imobilizados. Esses itens integraram o processo produtivo na indústria e também compuseram os recursos necessários para os serviços administrativos e de atendimento ao público.

Além das notas de entrada, foram registradas as notas de saída, emitidas pela própria empresa, como contrapartida dos produtos adquiridos para a produção fabril e das mercadorias comercializadas.

O setor também realizou a apuração de tributos como ICMS, IPI, PIS/COFINS e ISS, com base na legislação vigente aplicável a cada imposto e contribuição. Durante esse processo, foi verificada a possibilidade de aproveitamento de créditos tributários nas notas fiscais de entrada, especialmente nas operações envolvendo ICMS, IPI, PIS e COFINS. Por fim, foi mantido o controle rigoroso dos prazos para o cumprimento das obrigações acessórias, em conformidade com as obrigações principais da empresa.

As notas fiscais (NFs) foram documentos eletrônicos obrigatórios utilizados para registrar operações comerciais e comprovar transações perante o Fisco. Elas foram classificadas em três categorias principais: notas de entrada, notas de saída e notas de serviço. As notas de entrada registraram as compras de mercadorias ou serviços tomados pela empresa; as notas de saída documentaram as vendas de produtos e a prestação de serviços aos clientes; e as notas de serviço referiram-se exclusivamente à execução de serviços prestados a terceiros, sem envolvimento direto na comercialização de mercadorias.

O processo de elaboração das notas fiscais de entrada ocorreu a partir da análise dos orçamentos iniciais, nos quais foram identificados os itens imobilizados e os custos necessários para os setores da indústria, comércio e serviços. Com base nessas informações, foram emitidas as notas de imobilizados com os respectivos itens, seguidas pelas notas de insumos destinados à produção industrial e pelas notas de mercadorias destinadas à revenda no comércio.

Quanto às notas fiscais de saída, estas foram elaboradas com base nas previsões de receita identificadas nos orçamentos iniciais. As notas da indústria foram emitidas com os produtos de fabricação própria; as do comércio, com mercadorias produzidas por terceiros; e as de prestação de serviços, com os serviços oferecidos pela empresa.

Foi atribuído um código fiscal a todos os produtos, utilizado como referência para consulta na Tabela de Incidência do IPI (TIPI) e no Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP). A quantidade e o valor unitário dos itens permitiram o cálculo do valor total, que serviu como base para a incidência dos tributos ICMS e IPI. A alíquota de ICMS aplicada foi de 7%, considerando a origem interestadual das mercadorias, provenientes do Estado de Santa Catarina. Após consulta à TIPI, constatou-se que os produtos não estavam sujeitos à incidência de IPI.

O registro das notas fiscais nos livros fiscais e contábeis foi essencial para garantir o cumprimento das obrigações tributárias da empresa, conforme apontado por Zaffari et al. (2020). Inicialmente, o sistema foi configurado com parâmetros específicos para o regime de Lucro Real, permitindo o cruzamento adequado das informações. Foram cadastrados acumuladores para diferentes tipos de lançamentos, como compras à vista, a prazo e devoluções, além de fornecedores de três estados com alíquotas de ICMS distintas: 7% para Santa Catarina, 12% para Goiás e 20% para Tocantins.

Com base nas operações realizadas, foram apurados os impostos e contribuições devidos pela empresa, considerando que cada lançamento fiscal representou um fato gerador distinto. A apuração variou conforme o tipo de produto, serviço e a localização dos destinatários, respeitando a legislação vigente para evitar inconsistências que pudessem gerar penalidades fiscais.

O cadastro de fornecedores e clientes influenciou diretamente nas alíquotas de ICMS aplicadas, conforme o estado de origem ou destino das mercadorias. O sistema Domínio permitiu a emissão de relatórios comparativos entre entradas e saídas,

possibilitando a conferência dos lançamentos e a correta emissão das guias de pagamento. A empresa aproveitou créditos tributários provenientes da entrada de insumos e mercadorias, abatendo-os dos valores devidos, conforme a classificação de cada tributo. Créditos de ICMS foram utilizados exclusivamente para compensar débitos de ICMS, e o mesmo ocorreu com PIS e COFINS.

Segundo a legislação fiscal (BRASIL, 2017), os tributos PIS, COFINS e ICMS foram apurados mensalmente sob regime não cumulativo. As alíquotas aplicadas foram de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS, excetuando-se os produtos monofásicos, cuja tributação ocorreu no início da cadeia produtiva. Os créditos desses tributos também foram utilizados para reduzir a carga tributária, desde que corretamente apurados.

A guia de ICMS teve vencimento até o dia 9 de cada mês, referente às movimentações do mês anterior, sendo antecipada em caso de feriados ou finais de semana. Já o recolhimento do PIS e da COFINS foi efetuado até o dia 25 do mês subsequente ao fato gerador, também sujeito a antecipação conforme o calendário fiscal. A análise tributária foi conduzida como um processo estratégico, com o objetivo de avaliar a carga fiscal da empresa, identificar oportunidades de economia, mitigar riscos e assegurar conformidade com a legislação vigente. A apuração dos tributos teve como base os dispositivos legais que regulamentaram a forma correta de declaração de cada imposto e contribuição.

Os demonstrativos foram emitidos em conformidade com as exigências do Fisco, garantindo respaldo à empresa em eventuais auditorias externas. Após os registros do primeiro mês, foram levantados relatórios detalhados para análise tributária, contemplando entradas, saídas, créditos fiscais, fornecedores, clientes e demais fatores relevantes à conformidade do controle interno.

O Demonstrativo de Faturamento foi utilizado para detalhar as receitas brutas da empresa J M C Lima LTDA no período de janeiro a dezembro de 2024. Esse relatório serviu como base para a incidência de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS, IRPJ e CSLL, além de permitir a conferência das notas fiscais registradas, verificando a integridade e correção dos valores conforme a competência de cada lançamento.

De modo geral, os demonstrativos possibilitaram o cálculo preciso dos tributos, a verificação da conformidade fiscal, a identificação de benefícios legais que reduziram a carga tributária, a projeção das obrigações a serem cumpridas e a detecção de possíveis inconsistências. Essas medidas contribuíram para evitar autuações e garantir que os dados fossem transmitidos corretamente aos órgãos reguladores, como a SEFAZ e a Receita Federal.

Em cumprimento à legislação vigente, foram criados os livros fiscais da empresa, responsáveis pelo armazenamento das informações extraídas dos documentos fiscais, atendendo às exigências dos entes federativos nas esferas federal, estadual e municipal. Esses livros serviram como base para auditorias internas e externas, variando conforme o regime tributário adotado. Entre os registros obrigatórios estiveram: apuração de ICMS e IPI, entradas, saídas, inventários, controle de estoque e produção, além da apuração do Lucro Real.

A escrituração foi realizada por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), conforme o Decreto nº 6.022/2007, que integrou de forma automatizada os processos de recepção, validação, armazenamento e autenticação dos documentos contábeis e fiscais. Essa centralização permitiu maior controle e eficiência na transmissão das informações ao Fisco.

A empresa J M C LIMA LTDA cumpriu as obrigações acessórias exigidas pelo Sped, incluindo a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e a Guia de Informação e Apuração Mensal do ICMS (GIAM). Além disso, passou a se adequar ao MIT, obrigação acessória que substituiu a DCTF para fatos geradores a partir de 2025, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2.237/2024, com o objetivo de unificar a declaração dos tributos federais.

3.6 Contabilidade

O departamento contábil da empresa J M C LIMA LTDA desempenhou papel essencial na organização das operações financeiras e fiscais, assegurando a correta apuração dos tributos e o cumprimento das obrigações acessórias. Sua estrutura foi desenvolvida conforme as exigências legais, permitindo atuação alinhada aos princípios contábeis e às normas tributárias vigentes.

Entre as principais rotinas, destacaram-se o registro das operações financeiras, a escrituração contábil dos livros obrigatórios, a apuração de tributos como ICMS, PIS, COFINS, ISS, IRPJ e CSLL, a elaboração das demonstrações contábeis e o envio das obrigações acessórias aos órgãos reguladores. A empresa, enquadrada no regime de Lucro Real, realizou escrituração minuciosa, conforme previsto na legislação tributária brasileira (BRASIL, 2017).

Foram transmitidos os módulos obrigatórios do SPED, incluindo a Escrituração Contábil Digital (ECD), com envio do Livro Diário, Livro Razão e balanços, e a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), que detalhou a apuração do IRPJ e da CSLL. Com a obrigatoriedade da DCTFWeb, os débitos federais passaram a ser declarados eletronicamente, com base nas informações do eSocial e da EFD-Reinf. O setor contábil impactou positivamente a gestão da empresa, promovendo conformidade fiscal e eficiência no controle dos recursos, o que contribuiu para a redução de gastos e a otimização dos investimentos.

Na empresa J M C LIMA LTDA, os lançamentos contábeis foram realizados de forma sistemática, registrando as operações financeiras e patrimoniais com base no método das partidas dobradas, o que garantiu o equilíbrio entre débito e crédito. A escrituração foi feita por meio do Sistema Domínio, assegurando a integração dos dados e a consistência das informações transmitidas aos órgãos reguladores, conforme as diretrizes contábeis e tributárias vigentes (BRASIL, 2017).

Para garantir a conformidade e a consistência dos registros, os dados contábeis foram integrados aos sistemas e declarações obrigatórias, como o SPED Contábil (ECD) e o SPED Fiscal (ECF), permitindo a digitalização da escrituração. Também houve conexão com o eSocial e a DCTFWeb, facilitando a apuração dos encargos trabalhistas e previdenciários. Com base nos lançamentos, foram apurados corretamente os tributos ICMS e ISSQN, com o devido preenchimento da GIAM e das guias de recolhimento.

3.7 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela empresa em conformidade com a Lei nº 6.404/76, atendendo aos critérios padronizados exigidos pela legislação vigente. Esses documentos permitiram a análise precisa da posição patrimonial e do desempenho econômico ao longo do período, contribuindo para a transparência da gestão financeira. Além disso, garantiram a confiabilidade das informações, apoiando a tomada de decisões e a prestação de contas aos stakeholders.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da empresa J M C LIMA LTDA, referente ao período encerrado em 31/12/2024, apresentou um panorama detalhado do desempenho econômico-financeiro da organização. A análise evidenciou os principais componentes da gestão empresarial, como receitas, custos, despesas operacionais e resultado líquido.

A receita bruta total registrada foi de R\$ 3.053.458,20, composta por R\$ 2.701.939,80 provenientes da venda de mercadorias e R\$ 351.518,40 de serviços prestados. Após deduções fiscais — incluindo ICMS, ISS, PIS, COFINS, Imposto de Renda e INSS sobre receita bruta — o valor líquido disponível foi de R\$ 2.029.899,85.

O Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) totalizou R\$ 1.044.717,86, incluindo matéria-prima e custos diretos de aquisição e produção. O lucro bruto, resultante da diferença entre receita líquida e CMV, foi de R\$ 985.181,99. As despesas operacionais somaram R\$ 547.804,71, englobando gastos administrativos, comerciais e gerais, como depreciação, manutenção, seguros, salários, pró-labore, encargos trabalhistas, energia elétrica, assistência contábil e juros passivos.

A empresa também registrou receitas financeiras de R\$ 2.100,11, oriundas de aplicações e variações cambiais, além de R\$ 5.300,00 em receita de equivalência patrimonial. Após a contabilização de todos os componentes, o resultado operacional e o lucro líquido do exercício foram de R\$ 444.777,39, demonstrando a capacidade da empresa de gerar retorno financeiro com eficiência ao longo do período analisado.

O Balanço Patrimonial da empresa J M C LIMA LTDA, encerrado em 31/12/2024, apresentou uma visão detalhada da posição financeira e patrimonial da organização. A demonstração evidenciou os ativos, passivos e o patrimônio líquido, permitindo a análise da estrutura financeira e da capacidade de cumprimento das obrigações.

O ativo total foi de R\$ 1.376.886,23, composto por recursos de curto e longo prazo. O ativo circulante somou R\$ 1.080.515,33, com destaque para caixa e bancos (R\$ 303.939,21), clientes e duplicatas a receber (R\$ 310.739,87) e estoques (R\$ 184.361,98). O ativo não circulante totalizou R\$ 296.370,90, formado por investimentos em empresas controladas (R\$ 25.300,00) e imobilizado (R\$ 271.070,90), incluindo máquinas e equipamentos essenciais à operação.

O passivo total correspondeu ao mesmo valor do ativo, refletindo o equilíbrio patrimonial. O passivo circulante foi de R\$ 509.461,32, composto por fornecedores (R\$ 172.500,00), obrigações tributárias (R\$ 178.670,00) — como ICMS, ISS, IRPJ e CSLL — e obrigações trabalhistas e previdenciárias (R\$ 24.677,39). O patrimônio líquido somou R\$ 867.424,91, formado por capital social (R\$ 511.603,00) e lucros acumulados (R\$ 355.821,91), demonstrando solidez financeira e capacidade de investimento.

A análise indicou que a empresa manteve boa liquidez no curto prazo e recursos estratégicos para suas atividades operacionais. O volume de lucros acumulados reforçou a sustentabilidade do negócio, enquanto a presença de obrigações tributárias relevantes exigiu atenção à gestão fiscal. Assim, a estrutura patrimonial revelou uma situação financeira estável, favorável ao crescimento sustentável, desde que mantido o controle eficiente dos passivos e despesas operacionais.

3.8 Análise das Demonstrações Contábeis

A avaliação das demonstrações contábeis foi essencial para compreender a situação financeira e o desempenho econômico da empresa, fornecendo subsídios relevantes para decisões estratégicas. Com base na literatura contábil, especialmente nas contribuições de Marion (2015), os índices financeiros desempenharam papel central nesse processo, permitindo a interpretação da posição patrimonial, da rentabilidade e da liquidez. Essa análise possibilitou uma visão precisa da sustentabilidade e da capacidade operacional da organização ao longo do período avaliado.

A Análise Vertical do Balanço Patrimonial da empresa J M C LIMA LTDA, referente ao exercício encerrado em 31/12/2024, permitiu identificar a distribuição dos recursos entre ativos, passivos e patrimônio líquido, bem como o impacto relativo de cada conta sobre a estrutura patrimonial.

O ativo total foi de R\$ 1.376.886,23, sendo 78,48% concentrado no ativo circulante, o que indicou elevado nível de liquidez. Os principais componentes desse grupo foram o disponível (42,52%), representando os recursos financeiros imediatos da empresa; clientes e duplicatas a receber (22,57%), refletindo a dependência da carteira de clientes; e estoques (13,39%), que evidenciaram o volume de mercadorias disponíveis para comercialização.

O ativo não circulante representou 21,52% do total, sendo composto majoritariamente por imobilizado (19,69%), incluindo máquinas e equipamentos essenciais à operação. O passivo total manteve equilíbrio com o ativo, conforme o princípio da equidade contábil. O passivo circulante correspondeu a 37,00% do total, indicando exposição moderada a dívidas de curto prazo. Entre os principais itens, destacaram-se fornecedores (12,53%), obrigações tributárias (12,98%) e encargos trabalhistas e previdenciários (3,27%).

O patrimônio líquido representou 63,00% do total, evidenciando uma estrutura sólida de recursos próprios, o que

reduziu a dependência de capital externo e fortaleceu a capacidade de investimento da empresa.

A Análise Horizontal do Balanço Patrimonial da empresa J M C LIMA LTDA, referente ao período de janeiro a dezembro de 2024, permitiu identificar variações significativas nos principais grupos patrimoniais. O ativo total apresentou crescimento de 86,62%, passando de R\$ 737.791,34 em janeiro para R\$ 1.376.886,23 em dezembro, refletindo a expansão das operações da empresa.

Entre os destaques do ativo, o disponível aumentou 65,29%, indicando maior capacidade de liquidez imediata. Os estoques cresceram 64,65%, evidenciando o reforço no volume de mercadorias e insumos. Já os valores a receber, representados por clientes e duplicatas, registraram uma elevação expressiva de 1.160,79%, sugerindo aumento nas vendas a prazo e a necessidade de controle rigoroso da inadimplência.

O passivo total acompanhou o crescimento do ativo, com alta de 133,29%, mantendo o equilíbrio patrimonial. O passivo circulante teve variação de 548,26%, indicando aumento nas obrigações de curto prazo. As obrigações trabalhistas e previdenciárias cresceram 65,07%, refletindo o impacto das remunerações e encargos sociais ao longo do exercício. O patrimônio líquido avançou 69,55%, impulsionado pelos lucros acumulados, que passaram de zero para R\$ 355.821,91. Esse resultado evidenciou a rentabilidade positiva da empresa e o fortalecimento de sua estrutura financeira, com menor dependência de capital de terceiros.

A Análise Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da empresa J M C LIMA LTDA, referente ao período encerrado em 31/12/2024, evidenciou desafios financeiros relevantes. A receita bruta registrada foi de R\$ 254.454,85, mas sofreu deduções expressivas de 75,67%, decorrentes principalmente de devoluções de mercadorias (41,96%) e tributos como ICMS (22,89%) e COFINS (7,60%), resultando em uma receita líquida equivalente a apenas 24,33% do valor inicial.

Os custos das mercadorias vendidas (CMV) superaram significativamente a receita líquida, com uma variação de 410,57%, o que gerou um lucro bruto negativo de R\$ -982.801,63 (-386,24%), demonstrando forte desequilíbrio operacional. As despesas operacionais totalizaram R\$ 40.359,13 (15,86%), influenciadas por gastos com salários, energia elétrica e serviços contábeis.

O resultado operacional e o lucro líquido foram negativos, somando R\$ -1.015.760,65 (-399,19%). Esses indicadores apontaram a necessidade de revisão dos custos, reestruturação tributária e controle rigoroso das despesas, como medidas essenciais para restaurar a sustentabilidade financeira da empresa.

A análise horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da empresa J M C LIMA LTDA, referente ao período de janeiro a dezembro de 2024, evidenciou crescimento expressivo em diversos indicadores financeiros. A receita bruta aumentou de R\$ 254.454,85 para R\$ 2.799.003,35, representando uma variação de 1000%, impulsionada principalmente pela expansão nas vendas de mercadorias e, proporcionalmente, pelos serviços prestados.

As deduções fiscais e tributárias totalizaram R\$ 959.987,05, com crescimento de 1410,10%, refletindo o impacto crescente dos tributos sobre o faturamento. Entre os principais componentes, destacaram-se o ICMS, com aumento de 1036,66%, e os tributos federais COFINS e PIS, cujas variações acompanharam o ritmo de crescimento da receita. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda também passaram a impactar significativamente o resultado financeiro da empresa.

A receita líquida atingiu R\$ 1.839.016,30, enquanto os custos das mercadorias vendidas (CMV) somaram R\$ 1.044.717,86, pressionando a margem de lucro. O lucro bruto foi de R\$ 794.298,44, com crescimento de 316,12%, embora tenha sido afetado por despesas operacionais que totalizaram R\$ 504.520,19, com variação de 1065,59%, destacando-se os custos administrativos, despesas com vendas e depreciação.

Apesar do aumento nos custos e despesas, o resultado operacional e o lucro líquido apresentaram evolução positiva,

alcançando R\$ 297.178,36, com crescimento de 101,34%, demonstrando que a empresa conseguiu manter uma lucratividade sólida ao longo do exercício.

A análise apresentada na tabela revelou que a empresa J M C LIMA LTDA manteve solidez financeira, boa liquidez e rentabilidade equilibrada ao longo do exercício de 2024. Os índices de liquidez demonstraram que a organização possuía recursos suficientes para cumprir suas obrigações de curto prazo, com destaque para o índice de liquidez corrente de 2,12 e o índice de liquidez seca de 1,76, indicando capacidade de pagamento sem depender dos estoques.

No aspecto do endividamento, o índice de capital de terceiros foi de 0,37 e o índice de endividamento geral atingiu 2,22, evidenciando uma dependência moderada de recursos externos e equilíbrio entre capital próprio e passivo. A rentabilidade também se mostrou positiva, com retorno sobre ativos de 0,41 e retorno sobre patrimônio líquido de 0,59, confirmando que os investimentos realizados geraram resultados satisfatórios. A margem líquida de 0,26 reforçou a eficiência da gestão financeira, ao demonstrar que parte significativa da receita foi convertida em lucro líquido.

O prazo médio de recebimento foi de 54,65 dias, o que indicou um ciclo financeiro bem estruturado, contribuindo para a previsibilidade na entrada de recursos e para o planejamento operacional da empresa.

4. Considerações Finais

Este relatório analisa a viabilidade de implantação da empresa fictícia JMC LIMA LTDA, nome fantasia Strike Zone Boliche, com base em dados do Estágio Supervisionado. A avaliação contempla estrutura financeira, indicadores contábeis, demanda regional, concorrência e regularização jurídica.

Estrutura de Custos e Receitas

A empresa atua nos segmentos de artefatos para pesca e esporte, restaurantes e boliches. O investimento inicial é de R\$ 511.603,00, abrangendo equipamentos, capital de giro e custos de abertura. Os custos anuais somam R\$ 154.731,76, concentrados na indústria. As despesas totais são de R\$ 34.471,24, incluindo salários, encargos e taxas operacionais. A previsão de receita anual é de R\$ 3.053.458,19, com destaque para o setor industrial. O lucro líquido calculado é de R\$ 2.864.255,19, e o lucro do exercício é de R\$ 444.777,39, indicando viabilidade financeira.

Indicadores Contábeis – Os índices de liquidez (geral: 2,70; corrente: 2,12; seca: 1,76; imediata: 1,15) demonstram boa capacidade de pagamento. O endividamento é considerado saudável (índice geral: 0,37). A rentabilidade também é positiva, com margem líquida de 0,18 e rentabilidade do patrimônio líquido de 0,41, evidenciando eficiência na gestão dos recursos.

Alinhamento com a Demanda Regional – Localizada em Araguatins/TO, a empresa se beneficia da ausência de concorrência direta no segmento de boliche, o que representa uma oportunidade estratégica. Nos setores de pesca e alimentação, o mercado é mais competitivo, exigindo diferenciação e estratégias eficazes para atrair clientes.

Concorrência – A fabricação de bolas de boliche não possui concorrentes locais, permitindo à empresa se destacar com produtos próprios. O setor de restaurantes é competitivo, exigindo qualidade e inovação. No segmento de boliche, a ausência de concorrência direta posiciona a empresa como pioneira, com potencial para atrair público local e regional.

Regularização Jurídica e Obrigações Fiscais – A empresa foi legalmente constituída, com registros e licenças obtidos via Simplifica. Adotou o regime de Lucro Real, com planejamento fiscal adequado. Cumpre obrigações trabalhistas e fiscais, incluindo eSocial, DCTFWeb, FGTS Digital e SPED. A conformidade contábil e jurídica foi garantida, reforçando a sustentabilidade do negócio.

A análise de viabilidade da JMC LIMA LTDA revela um cenário favorável para sua implantação em Araguatins/TO. A estrutura financeira e os indicadores contábeis demonstram lucratividade e estabilidade. O segmento de boliche se destaca

como oportunidade estratégica, devido à ausência de concorrência direta, enquanto os setores de indústria e restaurantes exigem diferenciação para competir.

Referências

- Brasil. (2025). Receita Federal do Brasil. Classificação Fiscal de Mercadorias: NCM. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/classificacao-fiscal-de-mercadorias/ncm>.
- Brasil. (2024). Instrução Normativa RFB nº 2.237, de 4 de dezembro de 2024. <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=141910>.
- Brasil. (2024). Manual de Orientação do FGTS DIGITAL. Versão 1.22 – 03 de dezembro de 2024. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/empregador/fgtsdigital/manual-e-documentacao-tecnica/manual-do-orientacao-do-fgts-digital-versao-1-22-03-12-2024.pdf>.
- Brasil. (2024). Manual DET. <https://det.sit.trabalho.gov.br/manual/>.
- Brasil. (2024). Receita Federal. Publicada Instrução Normativa que institui o módulo de inclusão de tributos (MIT) na DCTFWeb e substitui a DCTF. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/publicada-instrucao-normativa-que-institui-o-modulo-de-inclusao-de-tributos-2013-mit-na-dctfweb-e-substitui-a-dctf>.
- Brasil. (2024). Manual DET. <https://det.sit.trabalho.gov.br/manual/>.
- Brasil. (2024). Manual de Orientação da DCTFWeb. Receita Federal, março de 2024. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/DCTFWeb/arquivos/manual-dctfweb.pdf>.
- Brasil. (2019). Manual de Orientação do FGTS DIGITAL. Versão 1.22 – 03 de dezembro de 2024. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/empregador/fgtsdigital/manual-e-documentacao-tecnica/manual-do-orientacao-do-fgts-digital-versao-1-22-03-12-2024.pdf>.
- Brasil. (2019). Manual de Orientação da DCTFWeb. Receita Federal, março de 2024. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/DCTFWeb/arquivos/manual-dctfweb.pdf>.
- Brasil. (2017a). Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de fevereiro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=81268&visao=anotado>.
- Brasil. (2017b). CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas | Lei nº 13.467/2017 | Constituição Federal.
- Brasil. (1996). Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 set. 1996. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm.
- Brasil. (1988). Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Brasil. (1976). Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. 1976. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.
- Caravela. (2025). Economia de Araguatins - TO. 2025. <https://www.caravela.info/regional/araguatins---to>.
- Gaya, A. C. A & Gaya, A. R. (2018). Relato de experiência. Editora CRV.
- G1. População de Araguatins (TO) é de 31.918 pessoas, aponta o Censo de 2022. <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/06/28/populacao-de-araguatins-to-e-de-31-918-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>.
- Lima, J. M. C. (2024). Relatório de Estágio Supervisionado I da Empresa J M C LIMA LTDA. Augustinópolis: Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS.
- Marion, J. C. (2019). Análise das Demonstrações Contábeis. (8.ed). Editora Atlas. E-book. ISBN 9788597021264. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021264/>.
- Pereira, M. C. B. (2020). RH Essencial. 2nd ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni. E-book. ISBN 9788571440944. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440944/>.
- Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.
- Pimentel, C. A. et al. (2022). Relatos de experiência em engenharia de produção. ABEPRO - Associação Brasileira de Engenharia de Produção. <https://pt.scribd.com/document/620372641/Livro-Relatos-Experiencias-2022-2>.
- Rezende, M. E. T. (2018). Esocial Prático para Gestores. (2.ed). Editora Érica. E-book. ISBN 9788536529950. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536529950/>.
- Silva, M. L. (2017). Administração de Departamento De Pessoal. (15th ed). Editora Érica. E-book. ISBN 9788536529967. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536529967/>.

Witt, C., Nagai, R. A., Souza, C. S. F. et al. (2021). Contabilidade da Folha de Pagamento. Porto Alegre: SAGAH. E-book. ISBN 9786556901688. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901688/>.

Yin, R. K. (2015). O estudo de caso. Editora Bookman.

Zaffari, E. K., Silva, M. J. F., Mião, J. R. et al. (2020). Fiscalização tributária. Porto Alegre: SAGAH. E-book. ISBN 9788533500679. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500679/>.